



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS**  
**SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE.**  
**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**ATA Nº 016/2011**  
**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7 Aos cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e onze, às 09:36 (nove horas e trinta e seis  
8 minutos) teve início, na sede do PREVIMPA, situada na Rua Uruguai, 277 – 6º andar, a  
9 tricentésima sexta reunião do Conselho de Administração. Presidiram a mesa os conselheiros,  
10 Sérgio Luiz Brum, como Presidente e Adeldo Rohr como secretário. Estiveram presentes os  
11 conselheiros titulares, Alexandre da Fontoura Dionello, Alexandre Salgado Marder, Eduardo  
12 kreuzer, Eros Miguel Sadowoy Martins, Francisco José Menezes da Silva, Gilmar Cardozo dos  
13 Santos, Omar Azambuja Condotta, Luiz Fernando Rigotti, Marilena Ruschel da Cunha, Pedro Luis  
14 da Silva Vargas, Pedro Luís Martins, Ricardo Zucareli Pulvirenti, Sueli de Fátima Mousquer, e os  
15 conselheiros suplentes, Fátima Regina Carlos Saikoski, Sílvia Helena Tremarin Seelig, Ana Maria  
16 Paulo Bueno, José Marcelino Heck e Manuel Roberto Escobar. Aberta a sessão, passou-se  
17 imediatamente à leitura da Ata da reunião anterior que foi aprovada com retificações solicitadas  
18 pelo conselheiro Pedro Luis da Silva Vargas, acrescentando na linha 65, *“inclusão da CMPA na*  
19 *redação do artigo 12, inciso II e no artigo 18 da minuta, pelo conselheiro Ricardo Zucareli*  
20 *Pulvirenti, que solicitou a inclusão da seguinte manifestação: “a minuta deve atender as disposições*  
21 *legais, portanto, as discussões estavam sendo inócuas”* e o conselheiro Omar Azambuja Condotta,  
22 que solicitou que constasse em Ata a sua sugestão de inclusão na minuta *“ que a concessão de*  
23 *aposentadoria especial proíbe, para aquele servidor, o exercício da profissão na qual foi*  
24 *aposentado”*. No espaço de informes, o conselheiro Vargas disse que ainda não foi repassado o  
25 reajuste de maio para os inativos da CMPA. O conselheiro Rigotti explicou que por problemas  
26 operacionais, não foi possível a inclusão do reajuste no mês de junho, haja vista que a CMPA  
27 somente enviou ao PREVIMPA a tabela que foi publicada no DOPA do dia 27/06/2011, no dia  
28 29/06/2011, após o fechamento da folha, que ocorreu no dia 25/06/2011. Informou que por essa  
29 razão o pagamento será feito no mês de julho com retroatividade. O conselheiro Brum comunicou  
30 que na sexta-feira passada, dia 01/07/2011, ocorreu a posse da nova diretoria do SENGE, que foi  
31 prestigiada pelo Prefeito José Fortunati e pela Presidente da Câmara, Sofia Cavedon. O conselheiro  
32 Rigotti distribuiu aos conselheiros um guia de perguntas e respostas relativos aos Benefícios  
33 Previdenciários, elaborado pela Central de Atendimento do PREVIMPA, a partir dos principais e  
34 frequentes questionamentos trazidos pelos segurados e seus dependentes. Informou que o guia  
35 também está disponibilizado no site do PREVIMPA. O conselheiro Eros perguntou como ficou a  
36 questão da incorporação das horas-extras e do RTI na aposentadoria, discussão que foi feita pelo  
37 Colegiado no mês de março (Ata nº 005/11, de 29/03/2011) na qual o conselheiro Rigotti propôs  
38 montar um grupo interno para fazer a discussão e trazer em sessenta dias um estudo para apresentar  
39 ao Conselho. Também questionou o fato dos aposentados não terem o contracheque disponibilizado  
40 no RH 24horas. O conselheiro Rigotti explicou essa questão da incorporação das horas-extras e  
41 RTI, está na discussão da Lei nº 9717/98, e que verificará como ficou a discussão interna sobre o  
42 assunto, dando brevemente o retorno ao Conselho. Quanto aos contracheques dos aposentados,  
43 disse que a PROCEMPA sinalizou que com a migração dos dados dos sistemas REF e Gênio para  
44 o ERGON, será possível disponibilizar via Internet. Salientou que até o final do ano, se não ocorrer  
45 nenhum contratempo, está previsto rodar a folha de aposentados no ERGON. Explicou que  
46 atualmente os aposentados recebem o contracheque pelo Correio, e que nos últimos três meses,  
47 houve problemas na entrega, haja vista que os contracheques devem chegar quatro dias antes do  
48 pagamento. Para solucionar os problemas, o PREVIMPA fez reuniões com a PROCEMPA e com os  
49 Correios, mas a PROCEMPA tem afirmado que o problema é com os Correios, que não distribui no

50 tempo necessário. Aproveitou para informar sobre o curso do CPA-10 do Banco do Brasil, que  
51 ocorrerá em Porto Alegre, no mês de agosto, e sobre o curso que acontecerá em Bento Gonçalves,  
52 que será o último que o Departamento fará com AGIP. Disse que o PREVIMPA passará a fazer esse  
53 curso sistematicamente com o Banco do Brasil, e que brevemente trará informações dos dias e  
54 horários do curso que será realizado no mês de agosto. O conselheiro Adeldo lembrou que também  
55 as sugestões do Conselho de alterações no Decreto nº 16.988/11 ainda não vieram para apreciação  
56 do Colegiado, embora tenha sido formado um grupo (conforme Ata 007/11, de 26/04/2011),  
57 composto por três conselheiros, para estudar o Decreto, fazer destaques e apresentá-los ao Conselho  
58 dentro de um prazo de trinta dias. Elogiou a Direção do PREVIMPA, que disponibilizou duas vagas  
59 para servidores do quadro do Departamento para participarem do Congresso em Fortaleza, e por  
60 outro lado, disse estar surpreso pela participação do Diretor-Geral substituto, Cláudio Lago, nesse  
61 Congresso, dizendo que o mesmo, quando fez parte do Conselho de Administração sempre recusou  
62 as oportunidades de participação nesses eventos. Disse que quando participou do Congresso da  
63 ANEPREN, teve que custear as despesas com recursos próprios, mesmo tendo sido autorizado pelo  
64 Prefeito, sendo um desprestígio ao Conselho. O conselheiro Rigotti explicou que o Diretor-Geral  
65 substituto representa politicamente o PREVIMPA nesse evento, pois está indo como representante  
66 do Diretor-Geral, e sendo um dirigente político, fará a articulação necessária. Disse que não recebeu  
67 nenhuma solicitação deste Conselho para participação nesse Congresso. A conselheira Sueli  
68 solicitou que a comunicação desses eventos ao Conselho seja feita por escrito, para que os  
69 conselheiros possam tomar ciência rubricando o documento. O conselheiro Vargas comentou sobre  
70 a solicitação do conselheiro Omar de incluir na minuta da Ordem de Serviço a proibição do  
71 exercício da profissão ao servidor que tenha a concessão de aposentadoria especial por agente  
72 nocivo. Ponderou que a razão da concessão da Aposentadoria Especial ao servidor é a exposição  
73 aos agentes nocivos e que seria um exagero proibir-lhe o exercício da profissão na qual se  
74 aposentou, visto que é possível exercê-la quando num ambiente isento daqueles agentes. O  
75 conselheiro Brum colocou que a aposentadoria especial é um pagamento que o Estado ou  
76 empregador faz pela exposição que o trabalhador teve ao agente nocivo. Opinou que nenhum  
77 prejuízo ele fará por voltar a trabalhar e vê que a proibição é uma intromissão no livre arbítrio desse  
78 indivíduo, porque a aposentadoria especial é um ressarcimento pela exposição e abreviação de sua  
79 vida. O conselheiro Omar disse que essa exigência é do RGPS, da qual concorda, pois se o  
80 trabalhador aposentado dessa forma e volta a trabalhar é porque não está mais inválido. Disse que o  
81 médico é o exemplo mais claro disso, quando lhe é concedida aposentadoria especial, não pode  
82 mais voltar a atender paciente. A conselheira Silvia disse estar tramitando no Congresso Nacional  
83 um projeto de aposentadoria especial para os taquígrafos, em decorrência de que haveria uma perda  
84 auditiva grave no correr dos anos de exercício da profissão, e caso se proíba a profissão após a  
85 concessão de aposentadoria especial, não poderia exercer novamente essa atividade. Disse que  
86 talvez se perca muito em termos de saúde, entretanto, tem dificuldade em visualizar que se ficasse  
87 impedido de exercer novamente a profissão. O conselheiro Rigotti explicou que a aposentadoria  
88 especial é para tirar o trabalhador daquele ambiente nocivo, e não há como ele voltar para aquele  
89 ambiente, não sendo proibida a profissão, mas o exercício dela naquele ambiente ao qual estava  
90 exposto, e ponderou que a vedação que o conselheiro Omar coloca é para proteger esse trabalhador  
91 daquele ambiente, e é assim que está colocado na minuta. Em virtude de compromissos, o  
92 presidente Brum passou a presidência da Mesa para o Vice-presidente Eros Miguel Sadowoy  
93 Martins, que iniciou os trabalhos da pauta do dia, discussão acerca da minuta do CONAPREV.  
94 Retomou as três propostas que foram encaminhadas na reunião do dia 21/06/2011, ou seja, uma que  
95 sugeriu a redação do artigo 25 da LC nº 478/02, na redação do artigo 8º da minuta, outra, pela  
96 manutenção do texto da minuta, e a última, na qual a comprovação da dependência econômica entre  
97 o segurado e seu remanescente seja apurada verificando-se quanto representa percentualmente a  
98 renda daquele que permaneceu em relação à renda daquele que faleceu. O conselheiro Omar sugeriu  
99 que a dependência econômica poderia ser presumida até o valor do teto do RGPS, acima desse  
100 valor, deverá ser comprovada. O conselheiro Alexandre Marder disse que a relação econômica entre  
101 o falecido e o sobrevivente não pode ser apurada por um valor específico dos rendimentos, mas

102 verificando se o sobrevivente ganhava muito mais do que aquele que faleceu. A conselheira Sueli  
103 opinou que fazer comprovação econômica sobre a renda do sobrevivente é muito mais difícil, por  
104 isso se está tentando construir um parâmetro em cima dos rendimentos daquele que faleceu. O  
105 conselheiro Rigotti disse que há uma cultura arraigada de que pensão é hereditária, vai passando de  
106 um para o outro. Anteriormente a pensão foi prevista para não deixar os dependentes no infortúnio,  
107 mais adiante se viu que era para manter o nível de vida, levando à discussão de que passa a ser  
108 como herança. Sugeriu que se trace um ou dois objetivos claros, estabelecendo o que é dependência  
109 econômica. Primeiro, estabelecer se a dependência é presumida ou deve ser comprovada. Depois,  
110 quais seriam os critérios objetivos para avaliar a dependência econômica. Salientou que não há  
111 como fazer justiça social em cima desse tema. O conselheiro Omar colocou que o sistema continua  
112 a ser solidário, apesar de ser contributivo e sugeriu estabelecer um teto de presunção de  
113 dependência até o teto do RGPS, que hoje é de R\$ 3.689,66 (três mil, seiscentos e oitenta e nove  
114 reais e sessenta e seis centavos), sendo que acima desse valor deverá comprovar a dependência  
115 econômica, aliviando sensivelmente o sistema. O conselheiro Adelto disse que o conselheiro Rigotti  
116 levantou uma questão primordial, primeiramente se deve definir se a dependência é presumida ou  
117 deve ser comprovada. O conselheiro Ricardo disse que se deve ter cuidado nessa questão, para não  
118 criarmos problemas para o PREVIMPA e demais institutos de previdência. As condições podem ser  
119 muito pessoais e as pessoas irão para o Judiciário e haverá uma enxurrada de ações. Colocou que  
120 tanto para o falecido como para o sobrevivente, a renda tem uma escala, e sugeriu que se faça  
121 reduções percentuais conforme o valor da pensão. O conselheiro Alexandre Marder argumentou que  
122 se poderia estabelecer que a dependência econômica é presumida em regra, e a presunção é afastada  
123 na medida que aquele que sobreviveu ganha duas ou três vezes mais do que aquele que faleceu. O  
124 conselheiro Marcelino disse que no caso de o dependente ser, por exemplo: uma doméstica ou do  
125 lar, há que se visualizar uma opção intermediária para que esse dependente possa ter garantido  
126 algum valor, partindo de um parâmetro mínimo. A conselheira Sueli ponderou que se tem que  
127 pensar em como corrigir as distorções, quando aquele que fica vivo não precisa do auxílio  
128 financeiro daquele que morreu, entretanto, leva a pensão porque a dependência é presumida. O  
129 conselheiro Adelto perguntou ao conselheiro Manuel se obteve a informação solicitada  
130 anteriormente de qual é o percentual gasto com as pensões em relação às contribuições  
131 previdenciárias. O conselheiro Rigotti trouxe o dado do pagamento de pensões do mês de junho de  
132 2011, com 4.669 pensionistas no Regime de Repartição Simples, e um gasto de R\$ 10.904.271,57  
133 (dez milhões, novecentos e quatro mil, duzentos e setenta e um reais e cinquenta e sete centavos) e  
134 no Regime Capitalizado, são 12 pensionistas, com um gasto de R\$ 21.682,37 (vinte e um mil,  
135 seiscentos e oitenta e dois reais e trinta e sete centavos), totalizando R\$ 10.925.953,94 (dez milhões,  
136 novecentos e vinte e cinco mil, novecentos e cinquenta e três reais e noventa e quatro centavos),  
137 pagos no mês de junho aos pensionistas. Alertou, no entanto, que gerador de pensão não é o mesmo  
138 que pensionista. Disse que nos dados antigos do sistema Gênio não aparece quantos são os  
139 geradores de pensão e que nos relatórios futuros será possível precisar esse dado. Também trouxe  
140 dados do auxílio-doença e salário maternidade, que atualmente é o gasto maior do Regime  
141 Capitalizado, sendo em torno de cento e noventa e cinco mil reais, despendidos para pagamento de  
142 auxílio-doença e cento e cinco mil reais, para pagamento de salário-maternidade. No Regime de  
143 Repartição Simples no mês de junho foi gasto em torno de um milhão de reais para auxílio-doença e  
144 cento e um mil para salário-maternidade. Em razão da complexidade que a questão contém, o  
145 conselheiro Adelto fez uma proposta de encaminhamento, que se leve todas as sugestões para serem  
146 consideradas no CONAPREV. A conselheira Fátima ratificou essa posição, exceto na questão da  
147 presunção, argumentando, que se há o entendimento de que a dependência econômica não é  
148 presumida, se deve instituir patamares. O conselheiro Rigotti explicou que o CONAPREV montou  
149 um grupo para colher as sugestões de todo Brasil, e só as que forem de consenso serão levadas para  
150 decisão do Colegiado. Ficou consensuado pelo Colegiado que os conselheiros encaminharão suas  
151 propostas via e.mail para a secretaria-executiva do Conselho. Não havendo nada mais a tratar, foi  
152 encerrada a sessão, às 11:28h (onze horas e vinte e oito minutos) e foi lavrada a presente Ata que  
153 vai assinada por mim Adelto Rohr, Secretário de Mesa e pelos demais conselheiros presentes.

154		
155		
156	Sérgio Luiz Brum - Presidente	Adelto Rohr - Secretário
157		
158		
159		
160		
161	Eros Miguel Sadowoy Martins	Eduardo Kreuzer
162		
163		
164		
165		
166	Alexandre Salgado Marder	Pedro Luis da Silva Vargas
167		
168		
169		
170		
171	Luiz Fernando Rigotti	José Marcelino Heck
172		
173		
174		
175		
176	Marilena Ruschel da Cunha	Gilmar Cardozo dos Santos
177		
178		
179		
180		
181	Ana Maria Paulo Bueno	Alexandre da Fontoura Dionello
182		
183		
184		
185		
186	Francisco José Menezes da Silva	Sueli de Fátima Mousquer
187		
188		
189		
190		
191	Fátima Regina Carlos Saikoski	Manuel Roberto Escobar
192		
193		
194		
195		
196	Pedro Luís Martins	Silvia Helena Tremarin Seelig
197		
198		
199		
200		
201	Omar Azambuja Condotta	Ricardo Zucareli Pulvirenti
202		
203		
204		
205		